

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES**

Destaques, fevereiro 2012

Rio + 20: Mais Desenvolvimento Sustentável

O Brasil sediará no Rio de Janeiro entre os dias 20, 21 e 22 de junho de 2012 a Conferência Rio + 20 sobre Desenvolvimento Sustentável. O encontro marca o vigésimo aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que ocorreu na capital carioca em 1992. Essa conferência estabeleceu vários documentos importantes como a Agenda 21, a Carta da Terra e as Convenções do Clima e da Diversidade Biológica. O encontro também destacará o décimo aniversário da Câmara Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo (África do Sul) em 2002.

A Rio + 20 tratará basicamente de dois temas. A economia verde no contexto da erradicação da pobreza e a estrutura de governança para o desenvolvimento sustentável no âmbito das Nações Unidas.

A economia verde, segundo as Nações Unidas, pode ser definida como aquela que resulta em melhoria do bem-estar das pessoas, em razão de uma maior preocupação com equidade social, com os riscos ambientais e com a escassez dos recursos naturais.

A discussão sobre essa nova economia tem grande intensidade e fica cada vez mais complexa, visto que muitos pesquisadores defendem a formulação de um novo marco teórico, enquanto outros dispensam essa necessidade, sob a alegação de que os instrumentos da economia tradicional podem e devem ser utilizados para orientar os formuladores de políticas públicas com vistas ao desenvolvimento da economia verde.

A economia verde é base para o desenvolvimento sustentável. Este envolve três áreas que enfrentam graves crises nos últimos anos: a) econômica, pela crise financeira dos empregos que assola os países desenvolvidos e desafia o crescimento do mundo em desenvolvimento; b) social, em que a estabilidade dos empregos e o acesso aos bens mais básicos ainda não assegurados a grande parte da população mundial; c) crise do meio ambiente, pelas pressões sobre os recursos naturais, e as conseqüências da mudança do clima.

São Paulo: Estado Industrializado, mas Forte no Agronegócio

A teoria econômica classifica em três estágios as classes da economia. A primária refere-se à produção agropecuária, florestal e mineral; a secundária diz respeito à indústria; e a terciária se reporta ao comércio e aos serviços. O estado de São Paulo tem sabido muito bem integrar essas classes em proveito do seu desenvolvimento. Um exemplo que deve ser observado e analisado.

Essa integração tem um “catalisador” que a impulsiona constantemente fazendo com que não ocorra o “envelhecimento” de qualquer uma dessas classes da economia. Esse impulso é dado pela modernização da economia como um todo. No caso do agronegócio quanto maior a integração das realidades – campo e cidade – maiores serão as demandas e os desafios apresentados, cabendo pois a modernização solucioná-los, e para tal o conhecimento científico e tecnológico tornam-se parceiros essenciais para gerar resultados que melhorem a qualidade de vida.

O que alimenta e abastece o nosso cotidiano vem da agropecuária nacional, e grande parte desses produtos nasce do diversificado agronegócio paulista. O Estado reúne uma forte e desenvolvida cadeia produtiva que, além de responder pela sobrevivência humana, fortalece a economia e a dignidade, por meio da geração de emprego e renda.

Assim, o Estado mais industrializado da nação mantém-se também na linha de frente da economia primária nacional graças às tecnologias criadas e desenvolvidas por instituições de pesquisa, públicas e privadas, e por universidades. **No seu campo específico a Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, por meio da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta), coordena seis institutos paulistas de ciência agropecuária. Juntos, somam 474 anos de pesquisa; Agrônomo (IAC), 125 anos; Zootecnia (IZ), 106 anos; Biológico (IB), 84 anos; Economia Agrícola (IEA), 69 anos; Tecnologia de Alimentos (Ital), 48 anos; Instituto de Pesca (IP), com 42 anos.**

Essa atuação ininterrupta responde, em grande parte, pelo desempenho do agronegócio nacional. São Paulo tem o mérito de reunir nessas unidades a experiência e a modernidade que o coloca em igualdade com as grandes referências agropecuárias mundiais.

A Produtividade das Pessoas e o Desenvolvimento Regional

O tradicional contraste brasileiro entre o Sul e Sudeste, de um lado, e o Norte e Nordeste, do outro faz com que a discussão sobre o desenvolvimento regional passe necessariamente pelas desigualdades. Para suplantá-las não basta uma abordagem nacional da distribuição da renda, mas que deve haver também programas que ataquem as seculares diferenças de riqueza entre as diferentes regiões do país.

Partindo-se desta premissa, a teoria econômica tem demonstrado que a renda *per capita* é menor em algumas regiões porque as pessoas, e não o espaço geográfico em si, são menos produtivas. Dito de forma mais simples possível, as regiões que apresentam as menores rendas *per capita* no interior de um espaço econômico são aquelas com alta concentração de pessoas de baixa produtividade.

Há, portanto, uma correlação entre a região e as pessoas que nela habitam, e a baixa produtividade tem de ser vista como um atributo dos habitantes, e não da área geográfica. Em outras palavras, a desigualdade regional é, em essência, apenas uma faceta da desigualdade social.

Para demonstrar essa questão é preciso lembrar que o mercado de trabalho brasileiro é a cada ano mais integrado. Assim, paga aproximadamente o mesmo salário para trabalhadores com as mesmas características em qualquer lugar do país. O elevado grau de mobilidade de mão-de-obra no Brasil, característica que garante a integração do mercado de trabalho, produz um intenso efeito de reduzir a desigualdade de renda entre as regiões.

As diferenças de renda per capita que persistem após esse impacto nivelador do mercado de trabalho integrado estão ligadas a padrões de povoamento das diferentes regiões que não são facilmente removíveis por iniciativas de política pública. Esta é importante, mas insuficiente, é necessário que o padrão de povoamento não condizente com o aumento da produtividade seja rompido. Para tanto, é fundamental o pioneirismo e o empreendedorismo que com investimentos inovadores alavanquem economicamente a região. Exemplo característico dessa mudança de realidade vem ocorrendo no estado de Mato Grosso, hoje uma região totalmente diferente do que fora até o início da década de 1980. Lá política pública, pioneirismo e empreendedorismo estão transformando o Estado em mais um celeiro nacional.

No entanto, como a maior fonte de baixa produtividade é a escolaridade insuficiente, é correto afirmar que a melhor política regional é reduzir as disparidades regionais da qualidade do sistema educacional.

Os Vegetais e a Evolução das Espécies

A evolução das plantas terrestres foi certamente um capítulo da evolução das espécies bem mais complexo do que se conhece até o presente. Ainda que o provável ancestral de todas as formas terrestre já devesse ser uma alga verde pluricelular, a estrutura corpórea provavelmente deveria ser um talo relativamente indiferenciado.

Na transição para o ambiente terrestre, uma série de novos desafios precisaram ser transpostos para que o atual sucesso das plantas terrestre tivesse início. O primeiro problema foi a falta da água circundante. O segundo a ser contornado seria a sustentação da estrutura corpórea, pois fora da água a força da gravidade não é mais parcialmente anulada pelo empuxo, que reduz o peso aparente de estruturas submersas.

O gênero fóssil *Cooksonia*, considerado a primeira planta terrestre, raramente ultrapassava cinco centímetros de altura. Seu novo estágio vegetativo se caracterizou pelas porções subterrâneas que desenvolviam uma menor impermeabilização absorvendo água e sais minerais da lama, enquanto as porções emersas eram mais impermeabilizadas e faziam a maior parte da fotossíntese.

Desse início até hoje essa evolução continua. Botânicos de São Paulo, em colaboração com colegas dos Estados Unidos, verificaram que a parede celular de várias espécies de samambaias apresenta uma composição diferente de outras estruturas de revestimento de plantas já caracterizadas. Eles acreditam ter identificado um terceiro tipo de parede celular, rica em manose, um tipo de açúcar que forma polímeros chamados mananos e aparece em proporções baixas em outros tipos de paredes. Como se fosse um esqueleto externo, essa estrutura de revestimento das células vegetais lhes confere resistência mecânica, proteção contra predadores e porosidade à água, nutrientes e luz solar, indispensável para a fotossíntese. Um exemplo de planta com esse novo tipo de parede celular é a Avenca (*Adiantum sp.*).

Além de mais informações sobre a estrutura e a evolução do mundo vegetal, o estudo pode favorecer o aproveitamento de outras plantas – de paredes externas menos resistentes – para produzir biocombustíveis e papéis com características especiais.

Monetarismo X Fiscalismo

Neste momento em que o Brasil tenta manter a inflação dentro da meta estabelecida pelo Banco central de 4% ao ano com a banda de 2% para mais ou para menos, mas com a inflação de 2011 ultrapassando os 6,5%, o debate monetarismo x fiscalismo retoma a discussão econômica do governo e dos agentes do mercado. O governo insiste em nortear sua política apenas pela variável monetária.

Os professores americanos Christopher Sims e Thomas Sargent ganhadores do Prêmio Nobel de Economia de 2011, participam do debate aqui em destaque, por seus estudos. O primeiro formulou o modelo VAR, um sistema de equações simultâneas com variáveis autorregressivas, que permite a análise e a previsão de séries temporais de variáveis econômicas. Sargent, além de sua contribuição na estimação dos modelos com expectativas racionais, analisou a inter-relação das políticas fiscal e monetária um tema importante para entender-se que a sustentação de qualquer regime monetário depende da situação fiscal.

A história econômica tem demonstrado que situações de desajustes, pequenos ou até mesmo de inflação alta tem sido resolvido de modo unilateral, e exemplos do lado monetarista não faltam. Cite-se a hiperinflação da Alemanha, que ocorreu entre as duas guerras mundiais do século passado, que para muitos economistas, entre eles Rudiger Dornbusch (alemão) professor do MIT, que argumentou que não houve mudança do regime fiscal antes do término da hiperinflação, havendo apenas mudança do regime monetário, com a fixação da taxa de câmbio e elevação da taxa de juros. A estabilização fiscal ocorrera depois do final da hiperinflação, com a recuperação da capacidade tributária do Estado em virtude do final da inflação, num círculo virtuoso produzido pelo novo regime monetário.

Também a experiência brasileira com o Plano Real mostrou que a hiperinflação pode acabar do dia para a noite apenas com a mudança do regime monetário. No entanto,

no apagar das luzes do primeiro mandato do presidente FHC, o ajuste fiscal foi feito, introduzindo-se a política de superávit primário, em vigor até hoje.

Todavia a teoria econômica cada vez mais se confirma ao demonstrar que os desajustes que implicam em inflação crescente só acabam de modo definitivo se houver mudança dos regimes monetário e fiscal. E a experiência mundial, tanto em situações patológicas (hiperinflação), como em situações usuais (crise do euro) mostra que os problemas monetários têm origem fiscal.